

O Programa Bolsa-Família na mídia e na fala das beneficiárias: o lugar ocupado pelo Estado na configuração dialógica dos espaços de debate público

Ângela Cristina Salgueiro Marques

A questão do combate à fome e à pobreza no contexto brasileiro tem suscitado, ao longo do tempo, consensos e dissensos sobre muitos termos do debate. Grande parte dos conflitos no âmbito das políticas sociais brasileiras na década de 1990 estruturou-se em torno da oposição entre práticas assistencialistas e práticas sociais destinadas a promover a emancipação dos pobres. Tal confronto reflete o investimento feito por setores da sociedade civil para desestabilizar a noção, hegemonicamente instituída, de que o lugar destinado aos pobres é aquele marcado pela ausência de direitos, pelo paternalismo e pela subcidadania (Telles, 1999; Dagnino *et alii*, 2006).

Após oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a implantação do Programa Fome Zero, no início do ano de 2003, veio concretizar a principal proposta do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva: acabar com a fome no Brasil e, paralelamente, criar condições para a emancipação das famílias em situação de extrema pobreza. Após alguns meses, todavia, o Fome Zero foi reestruturado através de uma proposta que o governo Lula julgava mais avançada: a unificação de todos os programas de transferência de renda mantidos pelo governo. Surge, assim, em outubro de 2003, o Programa Bolsa-Família.

Desde o seu início, o Bolsa-Família suscitou um grande debate entre os atores políticos formais, os membros da sociedade civil e os especialistas. Grande parte desse debate foi processado e editado pelos meios de comunicação, os quais, enquanto atores, selecionam e editam os fluxos comunicativos oriundos dos diferentes contextos sociais de modo a disponibilizar as diferentes perspectivas em conflito. Paralelamente, acreditamos que o entrecruzamento de diferentes pontos de vista no espaço discursivo de visibilidade mediática nos oferece a oportunidade de avaliá-lo também como arena de debate. Mas o espaço de debate mediático, como mostraremos em nossas análises, é dominado pelas perspectivas dos atores políticos que compõem a elite do Estado. São eles, através de seus discursos e ações, que definem muitos dos termos e dos quadros de sentido a partir dos quais o Bolsa-Família é socialmente interpretado.

Sob esse viés, *este artigo tem como primeiro objetivo* analisar o espaço de visibilidade mediática como propício à realização de trocas argumentativas entre diferentes atores interessados em construir, de maneira competitiva e conflituosa, entendimentos acerca do Bolsa-Família. Alguns autores (Blumler e Gurevitch, 2000; Iyengar, 1994) argumentam que o discurso público que circula no espaço de visibilidade promovido pelos *media* está “indexado” ao conflito visível nas esferas formais do Estado. Essa perspectiva pode levar, erroneamente, ao entendimento de que o debate midiático reflete somente a discussão que ocorre entre os atores que estão nas arenas comunicativas do centro do sistema político. Não há como desconsiderar, contudo, o grande escopo de assimetrias no que tange às chances desiguais de intervenção dos diferentes públicos na apresentação, produção, validação e regulação de mensagens no espaço de visibilidade mediática. A existência dos meios de comunicação não assegura, por si só, a formação de redes de esferas públicas em torno de todos os tipos de públicos e seus problemas.

Ao lado do espaço público de debate gerado pelos meios de comunicação, existem também arenas marginais e menos visíveis¹ de conversação cívica e troca de pontos de vista nas quais os cidadãos comuns definem suas necessidades e prioridades; reúnem e escolhem alternativas para enfrentarem seus problemas cotidianos; descobrem e se informam sobre direitos; questionam as atitudes impositivas do governo e os preconceitos perpetuados pelos *media*. Argumentamos que, para a consolidação da democracia, não importam somente as arenas formais de deliberação política mantidas pelo Estado ou os espaços midiáticos de troca discursiva. É principalmente nos contextos cotidianos de vivência que as pessoas se implicam em conversações que podem ajudá-las a identificar e a esclarecer suas reais necessidades.

O *segundo objetivo deste artigo* é, portanto, investigar aqueles contextos marginais e invisíveis nos quais as pessoas pobres beneficiadas pelo Bolsa-Família aprendem a expor publicamente seus dilemas, a identificar problemas latentes, a demarcar posições e a justificar suas opções diante dos outros, questionando as perspectivas sustentadas por atores políticos e mediáticos. Salientamos aqui um papel diferenciado dos agentes do Estado, ou seja, a criação de um aparato local e de uma equipe responsável por orientar aqueles que se inscrevem no programa e por fortalecer o vínculo social entre eles.

Destacamos ainda que os dois objetivos por nós apresentados estão voltados não só para o entendimento do lugar ocupado pelo Estado na configuração de uma política social específica, mas também para a afirmação de que espaços de debate público, sejam eles formais, mediáticos ou informais, são constituídos através do diálogo, ou seja, da troca comunicativa entre os sujeitos.

O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E O PAPEL DO ESTADO NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS AUTÔNOMOS

Ao criar, em outubro de 2003, o Programa Bolsa-Família² o governo elege como prioridade o objetivo de privilegiar políticas sociais emancipatórias em detrimento da mera ação emergencial. Ao enfatizar o envolvimento das famílias no processo de construção e avaliação do programa, o governo recupera, assim, algumas das principais reivindicações do modelo democrático-participativo, ao prever a inauguração de espaços em que as pessoas mais pobres possam desenvolver capacidades para lutar por seus direitos mais básicos e também por aqueles direitos que asseguram a participação nos processos de produção de decisões relativas ao bem comum de coletividades localmente situadas.

As famílias beneficiadas pelo Bolsa-Família deverão organizar-se para debater entre si os avanços do programa, bem como para poder participar de outros benefícios como alfabetização, cooperativismo, agricultura familiar, construção de moradia, programa de saúde, etc., envolvendo-se na gestão participativa. É através dessa organização popular que essas famílias farão bom uso do benefício do Bolsa-Família e se empenharão em atividades que favorecem a geração de emprego e renda (cf. Cartilha do Projeto)³ (grifos nossos).

No que se refere à melhoria das condições de vida das famílias, o governo condicionou a transferência do benefício ao cumprimento de algumas condições específicas, tais como a frequência escolar das crianças, o acompanhamento de seu cartão de vacinação nos postos de saúde, os cuidados pré-natais e o compromisso informal dos adultos em se inscreverem em cursos de capacitação e profissionalização, beneficiando-se de iniciativas como incentivo à agricultura familiar, inclusão digital, microcrédito e formação de cooperativas. É possível dizer que as condições ligadas à educação e à saúde apresentam maior probabilidade de serem cumpridas pelas famílias se condicionadas à existência prévia de um suporte institucional capacitado nos municípios brasileiros. Já as condições ligadas à realização de cursos profissionalizantes, formação de cooperativas e capacitação técnica, por exemplo, dependem de investimentos, sobretudo municipais, na preparação de técnicos, oficinas, infra-estrutura espacial e financeira que não podem ser contemplados, com igual grau de eficácia, por todas as cidades brasileiras.

Com relação à participação política das famílias na implementação do programa, os atores ligados ao Estado ressaltam que isso depende da “organização popular”, ou seja, de que as próprias famílias tomem a iniciativa de constituir espaços de debate e troca de pontos de vista acerca de suas necessidades. Organizar-se para debater problemas em público não é, portanto, uma condicionalidade do programa,

mas uma “sugestão” que deveria acompanhar a formação e implantação local dos Comitês Gestores.

É possível observar que, na prática, a criação e afirmação desses espaços de debate ficam sob a responsabilidade das prefeituras (sobretudo das secretarias municipais de Assistência Social) que, através de sua rede de políticas sociais, principalmente os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) ou Núcleos de Apoio à Família (NAFs), realizam reuniões de inclusão e acompanhamento; oferecem cursos, oficinas e acompanhamento psicológico; apóiam a formação de cooperativas etc. Certamente não são todos os municípios brasileiros que alcançam um grau satisfatório na instituição de medidas como essas. As experiências de alguns deles revelam que a criação de espaços de encontro entre aqueles beneficiados por programas de transferência de renda, como o Bolsa-Escola e o Bolsa-Família, incentiva seu deslocamento

(...) do universo doméstico à participação ativa na construção do espaço público. Portanto, as reuniões de acompanhamento são essencialmente participativas, provocando o posicionamento pessoal, a escuta do grupo, a discussão com trocas de opiniões, facilitando mudanças de atitude a partir do hábito de compartilhar, do confronto, do diálogo, da reflexão. (...) A experiência de grupo é fundamental para que as pessoas superem uma atitude de isolamento e impotência frente à exclusão e passem a construir o seu próprio processo de autonomia, de participação e de emancipação⁴ (grifos nossos).

Sob esse enfoque, ainda que apresente grandes falhas,⁵ o Bolsa-Família privilegia o esforço emancipatório empreendido pelas famílias por meio de sua inserção nas “redes de assistência social” mantidas pelas municipalidades. É através da capilaridade dessas redes que o governo mobiliza técnicos, agentes e cidadãos comuns para criar contextos nos quais as capacidades comunicativas e relacionais recebem maior peso e atenção, somando os benefícios materiais aos cívicos. A inserção das famílias beneficiadas nessas redes pode promover boas oportunidades de construção de uma autonomia que não se restringe ao plano material, mas que se baseia no fortalecimento das relações intersubjetivas, por meio das quais podem negociar entendimentos, compreender melhor as próprias necessidades e expô-las diante de seus pares e dos técnicos do governo.

OS *MEDIA* ENQUANTO ATORES DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E ENQUANTO ARENA DE DEBATE

Antes de apresentarmos como o Programa Bolsa-Família foi apreendido pelo discurso mediático e pelas próprias pessoas beneficiadas, consideramos importante refletirmos brevemente a respeito do lugar ocupado pelos meios de comunicação na

formação de um constante diálogo entre contextos centrais e periféricos do sistema político.⁶

Ao definir o papel desempenhado pelos meios de comunicação nos processos públicos de esclarecimento mútuo e troca de argumentos, Habermas expõe, em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, uma visão pessimista a respeito da influência que eles apresentavam sobre o uso público da razão. O surgimento da imprensa, segundo ele, havia sido marcado pela presença de um tipo de jornalismo empenhado “na luta em torno do espaço da opinião pública e na promoção da publicidade como princípio” (1984:216). Contudo, a evolução da imprensa politizante para a imprensa comercial faz com que ela se torne “pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública” (*idem*: 218). Assim, no início da revolução burguesa a imprensa tinha o papel de mediar e estimular o uso que as pessoas privadas, reunidas em um público, faziam de sua razão. Posteriormente, os meios de comunicação passaram a condicionar essa troca e a *fabricar* uma opinião não-pública, uma vez que não resultava da troca pública de razões. O princípio da publicidade, antes entendido no sentido de expor razões e perspectivas ao crivo do julgamento público, impondo constrangimentos às autoridades, é pervertido pela lógica da propaganda de massa, que transforma a esfera pública de debate em um espaço propício para a aclamação. Os *media* e, principalmente, a imprensa perdem sua função crítica para atuarem “apenas como transmissores de propagandas” (*idem*:253).

Em suas obras posteriores, Habermas (1987, 1997, 2006) revê seu posicionamento a respeito do papel desempenhado pelos *media* na constituição de esferas públicas apontando-o como um espaço limítrofe e poroso entre os diferentes contextos que compõem o centro (redução da elite política) e a periferia (movimentos sociais, associações cívicas, cidadãos comuns etc.) do sistema político. Não obstante, é preciso ressaltar que as críticas presentes nos estudos iniciais de Habermas permanecem atuais no que diz respeito ao modo como a produção da informação jornalística é limitada por diversos tipos de constrangimento externos e internos. Considerar o espaço dos *media* como espaço de circulação de diversas perspectivas e pontos de vista implica também reconhecer que os veículos selecionam determinados pontos de vista, privilegiando alguns segmentos sociais e salientando certos aspectos dos acontecimentos em detrimento de outros. Se, por um lado, os meios de comunicação tornam públicos os discursos de atores localizados em diferentes arenas comunicativas, libertando as informações de seus contextos de origem e tornando-as acessíveis a uma vasta maioria, por outro lado, “os profissionais dos *media* produzem um discurso de elite, alimentado por atores que lutam por acesso e por influência” (Habermas, 2006:417). Nesse sentido, o papel mediador dos meios de comunicação é

visto sempre sob constante ceticismo, uma vez que eles não só privilegiam o discurso dos atores políticos, mas também dão forma à discussão a partir de astúcias e poderes que fazem parte de um repertório próprio de seleção, ordenamento e publicização.

Alguns autores (Garnham, 1992; Dahlgren, 1995; Page, 1996; Gomes, 2004; Maia, 2004) identificam os meios de comunicação como *atores dúbios*: ao mesmo tempo em que contribuem para o alargamento e a construção de espaços de discussão, estão submetidos às lógicas do mercado e das desigualdades de poder entre o público e os agentes mediáticos. Esses mesmos autores acentuam, entretanto, que a necessidade de se estabelecer conexões entre os fluxos comunicativos anônimos que circulam difusamente em diferentes esferas públicas faz dos meios de comunicação uma mediação essencial.⁷ Sem transformarem-se em um campo neutro de mera exposição de “vozes” de origem diversa, os *media* retiram da condição de invisibilidade várias demandas, proposições e atores, constituindo entre eles arenas de debate que podem reunir tanto aqueles cidadãos situados no centro do sistema político quanto aqueles que compõem sua periferia.

Neste artigo, além de perceber como os *media* podem contribuir para expor fatos e argumentos na cena pública e fornecer insumos para a construção da opinião pública, preocupa-nos evidenciar também como absorvem e dão continuidade a debates iniciados em outras instâncias de interação social. Argumentamos que há um grande número de estudos que se preocupam em evidenciar os meios de comunicação como atores que ora auxiliam, ora atrapalham os processos democráticos de formação da opinião e da vontade política. Todavia, percebemos que a atuação dos *media* enquanto arena de debate público ainda permanece pouco explorada pelos estudiosos de Comunicação e Política.

Argumentamos que é possível perceber e avaliar o espaço de visibilidade mediática como uma arena capaz de reunir uma pluralidade de perspectivas que se *entrecruzam e se enfrentam* de modo a compor um debate ampliado de curto ou longo prazo (Simon e Xenos, 2000; Bennett *et alii*, 2004; Mendonça e Maia, 2006; Marques, 2006). Partimos da premissa de que as diferentes perspectivas englobadas e incorporadas à arena mediática são organizadas através de diferentes enquadramentos (*frames*) que competem entre si para definir a situação ou o problema em pauta (Simon e Xenos, 2000). Isso nos revela que os enquadramentos não podem ser reduzidos a tópicos singulares ou expressões cuja “saliência” ativa a memória das audiências. Mais do que uma “idéia organizadora central ou roteiro que provém sentido” (Gamson e Modigliani, 1989:57), o enquadramento é um processo de desvelamento e construção discursiva de uma questão política ou controvérsia pública (Entman, 1993; Porto, 2004).

Para nossos propósitos, o enquadramento mediático define, portanto, um *eixo discursivo e temático* responsável, ao mesmo tempo, por reunir argumentos afins e por organizar as tensões entre os diferentes conjuntos formados por esses argumentos. Essa dupla função do enquadramento mediático – organizar tematicamente redes de discursos (localizando dentro delas o posicionamento de diferentes atores, oriundos de contextos variados) e estabelecer a natureza da relação entre elas (conflitiva, complementar etc.) – realiza-se seja no espaço de uma matéria, seja em um espectro de matérias consideradas ao longo do tempo.

A CONFIGURAÇÃO DO DEBATE MEDIÁTICO SOBRE O BOLSA-FAMÍLILA: A PREVALÊNCIA DAS PERSPECTIVAS DOS ATORES POLÍTICOS ESTATAIS

De modo a caracterizar o debate midiaticizado sobre o Bolsa-Família a longo e a curto prazos, realizamos uma análise de conteúdo de 318 textos jornalísticos impressos e televisivos referentes à primeira gestão do governo Lula (2002-2006). Foram escolhidos veículos de grande difusão nacional (um jornal diário: *Folha de S. Paulo*; duas revistas semanais: *Veja e Isto é*; um jornal televisivo diário: *Jornal Nacional*/ Rede Globo; e um programa televisivo dominical: *Fantástico*/Rede Globo). Os textos escolhidos para análise foram aqueles que, além de serem dedicados especificamente ao Bolsa-Família, nos permitissem identificar as principais perspectivas que, captadas pelos atores mediáticos sob a forma de citações diretas, e organizadas em enquadramentos específicos, marcaram posições em torno das questões suscitadas por esse programa.

Nossas análises revelaram que a principal tensão discursiva acerca do Bolsa-Família focalizada pelos meios de comunicação tem sua origem no atrito entre dois enquadramentos mediáticos principais: o *enquadramento da autonomia* e o *enquadramento da dependência*.⁸ O *enquadramento da dependência* reúne, geralmente, argumentos de atores que se posicionam contra o governo e que se serviram das noções de “assistencialismo”, “manutenção da pobreza”, “esmola” e “carência” para formularem seus posicionamentos no debate. Contrariamente, o *enquadramento da autonomia* apresenta as perspectivas formuladas pelos atores ligados ao governo Lula e organizadas em torno de argumentos que destacavam a emancipação das famílias beneficiadas via geração de “empregos”, fortalecimento da “cidadania”, aumento da “inclusão” etc.

Com relação ao *acesso* de diferentes atores à troca discursiva estruturada pela contraposição entre esses dois enquadramentos, podemos dizer que houve grande predominância dos atores políticos, seguidos de representantes de entidades ligadas

ao Programa e especialistas. No geral, o modo através do qual esses atores *estruturaram seu posicionamento e as razões a serem enviadas ao debate* revela, de um lado, a tentativa de atores do governo em legitimar uma nova proposta de política social e, de outro lado, de atores da oposição de levantar controvérsias para deslegitimar as proposições feitas por seus adversários. Trata-se, portanto, do desdobramento dos conflitos discursivos iniciados pelos atores que compõem as arenas centrais do sistema político. Os especialistas são acionados pelos atores midiáticos enquanto vozes autorizadas e qualificadas, destinadas a emitir juízos sobre o programa, ou explorar argumentos que tendem em favor de uma ou outra posição. Uma visão geral dos argumentos e contra-argumentos dispostos no debate midiático a longo prazo⁹ envolvendo os enquadramentos da autonomia e da dependência pode ser assim apresentada:

Argumentos a favor do Bolsa-Família	Argumentos contra o Bolsa-Família
O programa garante auxílio emergencial aos mais pobres.	O programa é assistencialista.
O Bolsa-Família possibilita a emancipação das famílias.	O programa torna as famílias dependentes do governo.
A renda do programa é uma ajuda temporária complementada por ações locais.	O Bolsa-Família é uma esmola.
O programa, ao minimizar a miséria, garante a cidadania aos pobres.	O programa não torna os pobres cidadãos ou agentes de mudança (exclusão pública), mas objetos de políticas (inclusão política).
O Bolsa-Família propicia “portas de saída” aos beneficiários e os tornam trabalhadores.	O Bolsa-Família inibe a mobilidade social e confirma o status de incapazes dos assistidos.

Desde a primeira metade de 2003, atores políticos ligados ao governo petista desenvolviam e sustentavam argumentos favoráveis à elaboração de políticas sociais capazes de garantir a auto-sustentação da população pobre. Tais atores buscavam incluir em seus discursos termos como “trabalho” e “emprego” de modo a construir razões passíveis de serem aceitas publicamente.

“Não é dar o dinheiro e achar que a coisa está pronta. (...) O esforço maior deve ser para a auto-sustentação das famílias” (Zilda Arns, coordenadora da Pastoral da Criança)¹⁰ (grifos nossos).

“Ninguém quer ficar dando bolsa, cartãozinho. O que nós queremos é que a população brasileira pobre possa estar incluída. Para isso ela

precisa de salário e de trabalho” (Benedita da Silva, na época ministra da Assistência Social).¹¹

“Além de matar a fome dos que não têm o que comer, o programa tem principalmente um caráter preventivo e seu objetivo é evitar que os pobres caiam na indigência; é promover a autonomia das pessoas, inclusive fortalecendo os laços familiares e, com isso, garantir melhor acesso à educação e criar condições para seu desenvolvimento pessoal, profissional e social” (Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)¹² (grifos nossos).

De outro lado, atores políticos da oposição, alguns especialistas e agentes institucionais construíram argumentos contrários ao programa, reprovando a postura do governo de privilegiar ações assistencialistas de combate à fome, voltadas unicamente para aliviar a pobreza através de um pequeno auxílio financeiro. O *enquadramento da dependência* passa, então, a articular argumentos estruturados em torno de razões que associam o Bolsa-Família a uma esmola, dando origem a expressões como “Bolsa-Esmola”, encontradas sobretudo nos textos jornalísticos impressos.

“As bolsas não são planos de aposentadoria nem esmola, mas mecanismos passageiros para que os indivíduos habilitem-se a ganhar a vida sem ajuda oficial” (Gilberto Dimenstein, jornalista).¹³

“Pobre não quer esmola. Quer emprego. Um ou outro malandro está sempre pensando em maneiras de aumentar seus ganhos sem fazer nada, sem dar nada em troca. Mas, graças a Deus, no Brasil esse tipo de gente é minoria. Os homens de bem querem um emprego, querem criar a família com o fruto do seu trabalho” (Antônio Ermírio de Moraes, empresário).¹⁴

A tentativa da oposição de invalidar a perspectiva emancipatória enfatizada pelo governo instaura um campo conflitivo no qual os atores políticos atrelam seus movimentos ao enquadramento da dependência e da autonomia, remetendo-se ao Programa, ora como uma esmola, ora como um pequeno impulso que precisa ser complementado por ações locais. Os atores ligados ao governo Lula revelam ter consciência de que, ao lado de propostas assistenciais, deveriam investir em ações e medidas capazes de proporcionar maior autonomia às famílias beneficiadas pela transferência de renda.

“As famílias beneficiadas pela transferência de renda também têm que cumprir com suas obrigações, têm que fazer sua parte. Só assim vamos

romper o círculo vicioso da miséria e da exclusão social, sem paternalismo, sem clientelismo” (Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome).¹⁵

“[O Governo] não tem necessidade de ficar dando o Bolsa-Família a vida inteira. Deus queira que um dia ninguém precise mais do Bolsa-Família, do cartão do Fome Zero, que todas as pessoas estejam trabalhando e comendo à custa do seu trabalho” (Lula, presidente da República, 21/12/04)¹⁶ (grifos nossos).

É interessante notarmos uma diferenciação nos modos de posicionamento dos dois atores políticos aqui identificados. Enquanto Patrus Ananias reforça a importância das contrapartidas do Bolsa-Família para o desenvolvimento de alternativas para que as famílias beneficiadas escapem da pobreza, Lula fragiliza seu argumento anti-assistencialista, ao utilizar expressões como “dar o Bolsa-Família”. Constantemente, seu discurso tende a enveredar por argumentos dúbios, nos quais o programa é colocado em oposição ao trabalho, em vez de ser retratado como uma possibilidade de se chegar a um emprego. Essas ambigüidades fizeram com que a validade dos argumentos do presidente fosse continuamente posta em questão. Diante de inúmeras críticas, o presidente responde freqüentemente da seguinte maneira:

“(...) o que menos me incomoda é saber se [o Bolsa-Família] é assistencialista ou não. O que me incomoda é saber se as crianças desse país tão tomando café, tão almoçando ou tão jantando. É isso que me incomoda” (Lula, presidente da República)¹⁷ (grifos nossos).

A insistência de Lula em promover razões centradas na importância da redução dos índices de desnutrição e da precariedade alimentar diária dos pobres parece ter contribuído ainda mais para uma interpretação assistencialista do Bolsa-Família e para o acirramento dos confrontos discursivos.

Entre os anos de 2005 e 2006, grande parte dos especialistas acionados pelos *media* aponta a postura paternalista do presidente como responsável por conferir aos pobres o *status* de “carentes” e de subcidadãos. Ao defenderem o discurso da cidadania, esses especialistas argumentam que o Bolsa-Família deveria favorecer a autonomia dos pobres, garantindo-lhes direitos, para que possam determinar o que é melhor para si mesmos e definir, diante de um leque de oportunidades, maneiras de alcançar o que entendem por “bem-viver”. Assim, os argumentos dos especialistas encampados pelos agentes mediáticos reforçam que, ao lado de uma justiça distributiva, deve ser posta em prática uma justiça social que permita aos pobres não só o acesso aos direitos, mas também aos processos políticos responsáveis por sua formulação.

“[Os programas assistencialistas como o Bolsa-Família] não são encarados como direito ao alimento e à renda, como deveriam, mas como uma benesse” (Rosa Maria Marques, economista PUC-SP).¹⁸

“A história brasileira é uma longa transição do mundo do favor para o mundo do direito. O Bolsa-Família é um passo atrás nessa transição. É máquina de clientelismo. O programa não retira ninguém da pobreza e precisará ser cuidadosamente reavaliado e aperfeiçoado” (César Benjamin, economista).¹⁹

Um forte argumento que tende a reunir os especialistas em posições contrárias ao Bolsa-Família expressa, de forma geral, a insatisfação que apresentam ao perceberem a ausência de concretização das promessas do governo em viabilizar oportunidades de emprego e “portas de saída” do programa para seus beneficiados. Nesse sentido, seus pontos de vista enfocam o Bolsa-Família como um “inibidor da mobilidade social”, uma vez que muitos podem preferir a segurança trazida pelo benefício à instabilidade do mercado informal de trabalho.²⁰

“O mais grave é verificar que a renda dos mais pobres caiu mesmo com a participação nos programas do governo. Se esses dados forem consistentes, eles mostram que não estamos complementando a renda para os mais pobres viverem melhor, mas estamos gerando uma renda para viverem quase que exclusivamente dela. [Os pobres] estão deixando de ser trabalhadores para se tornarem assistidos” (Lena Lavinas, economista UFRJ).²¹

O uso pejorativo do termo “assistidos” como sinônimo de “acomodados” acentua o estigma dos pobres como sujeitos “inúteis” e “incapazes” para o trabalho e para atividades ligadas à política (Paugam, 1993). Como agravante, grande parte das matérias da mídia impressa e televisiva referentes ao Bolsa-Família localizam as famílias beneficiadas em contextos de total abandono e miséria. A fala das beneficiárias,²² reduzida geralmente a um espaço menor nos textos e reportagens jornalísticas, é encampada ou sob a ótica de que “algo melhorou” ou sob a forma de um “clamor ao emprego”. No primeiro caso, os agentes mediáticos destacam histórias de vida comparando o “antes” e o “depois” do Bolsa-Família. Essas histórias são configuradas em termos da melhoria da nutrição e do consumo alimentício das pessoas mais pobres. Isso parece demonstrar que, quando se trata de pobreza, aos jornalistas não interessam demandas coletivas por redistribuição e justiça social, mas depoimentos pontuais sobre dramas particulares.

“No mês que eu não preciso de comprar nada pra eles [5 filhos], de dentro de casa que eles pedem, daí eu compro material de escola, compro uniforme pra eles. Tem me ajudado muito” (Solange da Silva, beneficiária).²³

No segundo caso, isto é, quando o enfoque recai sobre as necessidades reais das famílias beneficiadas, uma série de problemas que elas enfrentam para escapar da condição de pobreza é evidenciada. A raça, o grau de escolaridade e o local de moradia são alguns dos temas enfocados quando se trata de evidenciar o quão complicado é encontrar oportunidades de emprego.

Repórter em off: “Baixa escolaridade, renda mensal de dois salários mínimos. A família que vive nesta casa tem o perfil de boa parte da população brasileira.” *[Imagem: sete pessoas negras na sala de uma casa muito pobre na favela]. Dona Glória, 48 anos, negra, procurou emprego várias vezes, mas disse que sempre perdeu a vaga para concorrentes de pele clara.*

D. Glória (beneficiária): “Eu acho que é preconceito, né? Ou discriminação... Não sei que nome se dá a isso. (...)”

Repórter em off: “D. Glória acha que para melhorar de vida, precisa de mais oportunidades.”

D. Glória: “Eu queria podê, assim, tê o meu trabalho, o meu marido tê o trabalho dele, prá gente podê ajudá a mantê a família”.²⁴

O modo como a fala das beneficiárias é inserida no espaço de visibilidade mediática tende a refletir a posição que elas ocupam no plano político, ou seja, uma posição periférica na qual suas necessidades e anseios não são definidos ou negociados através do diálogo com atores políticos institucionais, mas pressupostos e previstos por pacotes emergenciais de políticas públicas. O que elas pensam ou entendem do programa é tido como consenso ou parte de um senso comum em que nenhum ponto de vista parece ser novidade. A prevalência das opiniões dos atores políticos no espaço de visibilidade instaurado pelos *media* e o fato de as falas das beneficiárias não se endereçarem a esses atores (nem mesmo se colocarem em relação a eles), só comprova que os jornalistas, ao editarem seu texto, consideram tais falas como ilustrações para um caso à parte, para uma história de interesse humano. Assim, as beneficiárias transformam-se em personagens de seu próprio drama particular, para serem convertidas em exemplos, em expressões de indignação ou de resignação. É sobretudo nos espaços dialógicos concretos do cotidiano que as beneficiárias desafiam esses estigmas e questionam as representações mediáticas.

O BOLSA-FAMÍLIA NA FALA DAS BENEFICIÁRIAS: A FORMAÇÃO DE CONTRA-ENQUADRAMENTOS NOS CONTEXTOS CÍVICOS PROPORCIONADOS PELO GOVERNO

Os cidadãos comuns constroem, cotidianamente, contextos comunicativos nos quais conversam e discutem a respeito de seus problemas e suas necessidades. Nesses contextos relacionais do cotidiano, a conversação cívica face a face possui importante papel na constituição conjunta de quadros compartilhados de referência para o entendimento das principais questões que os afetam. Uma democracia saudável requer um escopo ampliado de espaços e contextos comunicativos nos quais os cidadãos possam empreender conversações e discussões sobre os assuntos que os concernem, desenvolvendo suas capacidades de argumentação, reflexão e domínio cognitivo sobre diferentes tipos de informações (Habermas, 1997; Burkhalter *et alii*, 2002; Dahlberg, 2005). Para Nina Eliasoph (1999), as conversações que se dão longe do espaço de visibilidade ampliada – nas arenas periféricas do sistema político –, apesar de pouco exploradas e investigadas, podem revelar como os cidadãos comuns, ao interagirem cotidianamente com os outros, podem desenvolver capacidades políticas que os permitem pensar para além de seus interesses particulares, aprimorando alternativas de participação política e de construção da cidadania.

No caso do Bolsa-Família, os espaços de encontro e de conversação possibilitados pelos espaços da Prefeitura ligados à Assistência Social, ou seja, os NAFs e os CRAS, possibilitaram às pessoas beneficiadas pelo Bolsa-Família um espaço público de construção conjunta de entendimentos sobre sua condição e de busca de alternativas de solução para as dificuldades enfrentadas. A fim de saber como elas criam contextos dialógicos e constroem a própria interpretação de suas necessidades e carências, organizamos 12 grupos de discussão²⁵ com mulheres beneficiadas pelo Bolsa-Família em duas grandes cidades do sudeste brasileiro, sendo seis em Belo Horizonte (MG) e seis em Campinas (SP).²⁶ Os grupos constituídos nessas cidades foram compostos por 3 a 12 mulheres, totalizando 88 participantes (34 em Belo Horizonte e 54 em Campinas). As mulheres cadastradas no programa Bolsa-Família foram selecionadas independentemente de critérios como valor do benefício recebido, idade, raça e classe social. A maior parte dos grupos de discussão foi organizada nos NAFs e CRAS, uma vez que, em geral, era aí que parte das participantes realizava, com frequência semanal, atividades como oficinas de capacitação e artesanato, reuniões, palestras e cursos profissionalizantes.

A dinâmica das sessões foi dividida em duas partes, seguindo um roteiro de perguntas semi-estruturado. Na primeira parte, as beneficiárias respondiam a

questões referentes à sua própria experiência com o programa. Na segunda parte da dinâmica de grupo, a fim de estimular um debate com maior diversidade de pontos de vista, foram disponibilizados alguns trechos de matérias e reportagens jornalísticas impressas (*Folha de S. Paulo, Veja e Isto é*) e televisivas (*Jornal Nacional e Fantástico*) os quais continham falas e pronunciamentos de atores políticos, cívicos e mediáticos sobre o Programa Bolsa-Família. Acreditamos que o uso das informações mediáticas, associado à discussão interpessoal, possibilita aos participantes meios de tornar seus argumentos mais compreensíveis, facilitando também a interpretação das perspectivas alheias.

Ao se depararem com as opiniões veiculadas pelos meios de comunicação, as participantes dos grupos de discussão indagam e refletem sobre as proposições ali expostas, contrapondo-as à sua própria experiência do programa. Ao acionarem argumentos, razões e testemunhos para justificarem seus pontos de vista, elas instauram uma situação comunicativa cooperativa e relacional cujo objetivo é entender melhor e, por vezes, questionar sua localização nas margens do sistema político (Marques, 2006).

Percebemos que as participantes de grande parte dos grupos organizaram seus comentários centrando-se na questão do trabalho, reacendendo várias das controvérsias identificadas na primeira parte da dinâmica de grupo. Diferentes dimensões dessa questão emergiram das interações dando origem a três principais *contra-enquadramentos* assim identificados: a) esmola x ajuda; b) parasitas x trabalhadoras; c) racismo x direitos. A seguir, exploramos cada um deles mais detidamente.

a) *Esmola x Ajuda*

Um dos momentos de grande tensão nos grupos articulou-se em torno da leitura da entrevista concedida pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes à revista *Veja* em 5 de novembro de 2003. Nela, o empresário discutia, entre outros, os méritos do recém-criado Bolsa-Família. A relação por ele feita entre o benefício concedido pelo Programa e uma esmola instaura uma forte controvérsia nos grupos, uma vez que assumi-la como verdadeira, implica também assumir-se como um tipo de mendigo.

No trecho transcrito a seguir, as participantes tentam definir o programa contrapondo o argumento da esmola aos pontos de vista dispostos na primeira etapa da discussão, ou seja, de que a bolsa seria uma “ajuda” e/ou “retorno dos impostos”. A participante Sara caracteriza a esmola como algo que as deprecia e que, portanto, “ninguém quer”. Por sua vez, Luzia tenta convencer suas parceiras de interlocução de que elas “pagaram” pela ajuda que agora estão recebendo.

Sara: Eu acho que [o Bolsa-Família] não é uma esmola.

Beatriz: Não é esmola, gente, é uma ajuda. Eu acho assim, que o Lula tem capacidade e vai abrir espaço para o pobre trabalhar e esse dinheiro que ele tá dando tem que continuar dando, porque isso não é uma esmola, isso é um complemento.

Luzia: Tudo o que a gente compra também a gente paga imposto.

Sara: Cê acha que se uma pessoa considerasse isso como esmola, ela ia lá pegá? Ia nada. Que que é a esmola? Ninguém quer.

Beatriz: É uma esmola que todo mundo tá indo atrás, porque eu mesma fui.

Luzia: Não é uma esmola, é o retorno dos impostos que você paga. Tudo o que você compra não tem imposto? [CRAS Leste, Recanto da Alegria, Campinas, 19 de julho de 2006; grifos nossos].

A elaboração coletiva de interpretações para uma política social que as afeta de forma tão direta em suas vidas cotidianas é uma das atividades cognitivas fundamentais para a identificação e o questionamento público de problemas considerados de interesse coletivo. As mensagens mediáticas certamente proporcionam preciosos insumos para o desdobramento desse processo. Nesse sentido, os recortes da mídia impressa e televisiva foram reelaborados pelas participantes dos grupos dando origem a entendimentos diferenciados acerca do campo problemático no qual se situam em relação ao Bolsa-Família.

Ao tentarem formular seu entendimento do programa em relação à oposição esmola x ajuda, as participantes de vários grupos expressam, em diferentes momentos, algumas opiniões controversas.

Diana: O Lula disse que não quer dar Bolsa-Família a vida toda, que ele quer que a gente consiga um trabalho, mas é difícil.

Brígida: Se ele der oportunidade, né?

Cibele: Eu queria pegá ele na minha frente e ver ele falando isso pra gente.

Diana: Eu queria que ele parasse de comprar avião chique e ficasse viajando pra lá e pra cá e arrumasse emprego, em vez de dá isso daqui, porque isso aqui é uma esmola.

Cibele: Eu acho que ele devia gerá mais emprego pras pessoas não ter que ficá precisando da esmola que ele dá.

Brígida: E arrumá emprego pros de menor, pra eles tê o que fazer

Alda: senão vai robá e traficá, porque isso não tá ajudando...

Moderadora: Mas vocês falaram que ajuda...

Alda: Ajuda muito pouco, só no básico, porque o que eu vô fazê com 15 reais?

Cibele: Que compra eu vô fazê com 15 reais pro meu filho se alimentá? Uma carne, um leite... E ele vai pra escola como? Pelado, descalço? Agora, essa Benedita eu concordo, porque ela diz que precisamos de salário e trabalho.

Diana: Eu também. O salário é o que a gente vai tirá do nosso suor. Nós não vamos ser humilhado enfrentando fila de cadastro. Nós vamo tá ali dando o nosso serviço pra tê um salário digno.

Cibele: Ela [Benedita] falou “pra que a população brasileira pobre possa estar incluída”, porque a gente tem que tê essa oportunidade de um trabalho, entendeu? Você tem que ter seu salário certinho e não ficá se humilhando por causa de uma coisa incerta. O Bolsa-Família não dá oportunidade de nada, isso não é uma inclusão... [CRAS Norte, Espaço Esperança, Campinas, 12 de abril de 2006; grifos nossos].

De um lado, elas afirmam veementemente que o programa é um tipo de ajuda, uma “bênção”, e que elas “não saberiam o que fazer sem ele”. Por outro lado, elas reafirmam que o programa pode ser comparado a uma esmola, uma vez que não lhes proporciona a inclusão social através do trabalho, nem a inclusão de suas demandas em esferas formais de discussão.

b) *Parasitas x Trabalhadoras*

Uma afirmação que, sem dúvida, motivou reações acaloradas na maioria dos grupos realizados foi a de que o Bolsa-Família estaria contribuindo para que os pobres deixassem de trabalhar para se tornarem somente assistidos. Foram poucos os grupos nos quais as participantes não se mostraram ofendidas pela fala da economista Lena Lavinas, sobretudo pelo tom acusatório de sua proposição. A oposição entre aqueles que são considerados “úteis” e aqueles percebidos como “inúteis” toca nos consensos compartilhados e invisíveis que definem o valor que alguém possui a partir de sua qualificação, de sua posição e de seu salário (Paugam, 1993; Honneth, 1995).

Hilda: O Lula falou certo, a gente tem que ter um trabalho digno, um salário digno, pra que a gente se mantenha sem isso. Essa da Benedita também gostei, que a gente tem que ser incluída na sociedade, mas não com Bolsa-Família. E essa Lena chamou nós tudo de parasitas!

Ana: É isso mesmo.

Hilda: Mas eles se esquecem que a gente tá parasita, porque o nosso governo não fornece emprego pra gente.

Rosa: Eu gostei do que o Dimenstein falou, porque a bolsa não é pra vida toda. É igual o ticket de leite que acabou...

Hilda: Se o governo desse um trabalho e um salário digno pra todos, ninguém precisava dessa ajuda. Só essa Lavinias. Essa frase foi pesada, arreventa...[NAF Leste, Oficina de Mulheres, Belo Horizonte 22 de março de 2006; grifos nossos].

Podemos perceber, de forma geral, que as participantes dos grupos de discussão realizados têm consciência de que para se qualificarem e para “caminharem com as próprias pernas” é preciso muito mais do que a ajuda do governo, é preciso “se virar”. O trabalho representa para a grande maioria delas a possibilidade de garantir um futuro melhor para elas e para os filhos, de “ser gente” e de escapar das humilhações ligadas à miséria e à fome.

É por meio do trabalho que as participantes dizem conquistar bens, *status* e admiração. Para Honneth (1995), a relação que um indivíduo mantém com os outros deve ser construída através do exercício das potencialidades únicas de uma pessoa, e não do reforço de relações desiguais que só fazem aprofundar o lugar de “ímpotente e incapaz” destinado ao mais pobre. Mediante as proposições por elas feitas, ressaltamos que o valor conferido ao trabalho está ligado não só à geração de renda, mas à sua própria valorização enquanto indivíduos que pertencem a uma dada sociedade. O trabalho é o que torna possível às pessoas se considerarem como membros moralmente autônomos e capazes de contribuir não só para o progresso econômico de suas comunidades, mas também para seu progresso político e democrático através da experiência da cooperação.

c) *Racismo x Direitos*

Com relação aos textos jornalísticos televisivos, levamos para os grupos matérias do *Jornal Nacional* que conferiam destaque a pronunciamentos do presidente, de atores políticos e especialistas sobre o Bolsa-Família. Procuramos, também, selecionar trechos em que apareciam o depoimento de famílias beneficiadas pelo programa. Ao comentarem a reportagem do *Jornal Nacional* que traz o depoimento de Dona Glória, uma beneficiária negra, as participantes de um dos grupos realizados em Belo Horizonte relatam casos de humilhação que enfrentaram quando tentam alcançar oportunidades de emprego. Segundo elas, não só a cor, mas a idade e a aparência física também são requisitos que as excluem da maior parte das vagas existentes.

Lurdes: O que me chamou a atenção foi a respeito da cor, do racismo, porque o branco tem um direito a um trabalho e o negro, quando vai

procurar, por causa da cor, ele não consegue emprego. Sendo que não tem nada a ver uma coisa com a outra. (...) Porque às vezes a pessoa já dispensa, mas não faz uma experiência, como é que vai sabê se aquela pessoa vai dar conta ou não?

Raquel: É aquela questão mesmo do social, né? É dar oportunidade pras pessoas independente de cor, raça, credo, porque o trabalho dá dignidade (...) o cara entende “eu sou capaz, eu posso”, entendeu? Ninguém quer esmola não, a pessoa quer ser digna. Digno no seu trabalho, digno no seu salário. [NAF Pampulha, Belo Horizonte, 4 de novembro de 2005; grifos nossos].²⁷

O argumento de que brancos e negros deveriam ter os mesmos direitos remete à problemática do preconceito e da interiorização de um *status* de inferioridade (Honneth, 1995; Paugam, 1993). Resistir à degradação moral e à estigmatização ligada ao estatuto de beneficiário é algo que deve ser construído coletivamente, através de lutas por reconhecimento travadas nos diferentes âmbitos de convivência desses indivíduos. Poucas participantes, entretanto, demonstram ter consciência de que são os direitos que asseguram o reconhecimento e a cidadania.

Lurdes: Todo mundo tem o direito a ser um cidadão respeitado, né?

Raquel: Cê vai conquistar aqueles direitos. (...) Não é um direito seu ainda, é um direito de sonhar, é um direito de ir em busca, entendeu? (...) Um direito de como cidadão, igual ela falou, direito como status.

Moderadora: O que é ser um cidadão respeitado, Lurdes?

Lurdes: É ir e vir, né? Com respeito, respeitar os outros também. Direito a uma moradia melhor, mas esse direito também a gente tem que ir em busca, né? É melhor, porque só esperar também... [NAF Pampulha, Belo Horizonte, 4 de novembro de 2005; grifos nossos].

Diante do que foi aqui apresentado, é possível identificar inúmeros obstáculos para que essas mulheres consigam entender-se como cidadãs dignas de valor, de respeito e de igual consideração nos espaços públicos de conversação e debate que compõem o sistema político. Do paternalismo à pobreza material e política, há ainda um longo caminho a ser trilhado para que elas alcancem o reconhecimento social a fim de que possam endereçar suas demandas a outras instâncias de visibilidade e de diálogo. Certamente, a pobreza material impõe sérios limites às oportunidades de ação e de escolhas das beneficiárias do Bolsa-Família.

Argumentamos, entretanto, que o fato de as vozes das beneficiárias não alcançarem graus mais elevados na escala de visibilidade pública não deve nos levar a supor que elas não possuam capacidades críticas e habilidades cívicas. Ao longo das

dinâmicas, podemos observar que, os momentos nos quais as participantes foram instadas a refletir antes de pronunciar seus pontos de vista e assumi-los perante as outras, proporcionam um ótimo exemplo de como o fluxo frágil, descontínuo e ameno das conversações pode dar origem a uma discussão reflexiva na qual as participantes buscam interpretar o cenário político e o ambiente social em que deveriam se processar as mudanças por elas tão ansiadas. A reflexão acerca dos pontos de vista que ganham visibilidade nos meios de comunicação auxilia as participantes não só a organizarem, de modo coletivo e negociado, diferentes dimensões e entendimentos ligados ao Programa Bolsa-Família, como também promove estranhamentos que as leva a repensar o modo como são vistas e tratadas por diferentes atores, principalmente aqueles que têm suas vozes transpostas para o espaço de visibilidade mediática, redefinindo, de maneira intersubjetiva, a posição na qual esses atores as colocam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tomarmos o espaço de visibilidade mediática como arena privilegiada para encampar, reconstruir e reproduzir pontos de vista diversificados, revelamos que, além de promover a difusão e amplificação de temáticas e problemas, ele oferece condições para o desenvolvimento de um processo de esclarecimento e reformulação de argumentos entre atores posicionados em diferentes contextos comunicativos ao longo do tempo. O espaço mediático é, portanto, vital aos processos de debate público. Contudo, vimos que se trata de um espaço desigual de inserção de perspectivas.

As análises das matérias publicadas pelos principais veículos de comunicação brasileiros revelam um tipo de homogeneidade na cobertura do debate sobre o Bolsa-Família que diz muito da predominância dos atores políticos estatais e de como seus argumentos são enfeixados e organizados tematicamente pelos agentes mediáticos. Enquanto atores, os *media* não são despidos de ideologias e preferências institucionais internas, assim como se posicionam politicamente diante dos acontecimentos e polêmicas atuais. Tal fato muito influencia na seletividade das fontes, na inclusão das perspectivas sociais e na escolha dos temas a serem salientados através dos enquadramentos mediáticos. Estes últimos sofrem, todavia, grande influência das posições assumidas pelos atores políticos estatais, uma vez que elas definem marcos e pontos de referência para a formação dos discursos disponibilizados nos *media*.

Nesse sentido, revelamos que o debate travado no espaço de visibilidade mediática em torno do Bolsa-Família privilegiou as falas de atores políticos e especialistas, relegando a fala das beneficiárias a exemplos de fraudes ou a casos isolados de demandas ou de aproveitamento do benefício do programa. Isso se deve

a uma série de razões que vão desde as regras de noticiabilidade acerca da pobreza – as quais privilegiam mazelas coletivas e/ou dramas isolados, mas raramente demandas coletivas dos pobres por direitos ou por reconhecimento – até a ausência de interseções entre os contextos nos quais as beneficiárias formulam suas necessidades e preferências e os contextos de visibilidade mediática. Essa deficiência dos *media* em captarem os contra-enquadramentos formulados em espaços mais marginais de debate constitui, a nosso ver, uma das suas principais limitações enquanto arena de debate.

Verificamos, por outro lado, que as beneficiárias que participaram dos grupos de discussão por nós realizados desenvolvem suas capacidades políticas e cívicas ao posicionarem-se de modo reflexivo e crítico sobre as políticas sociais que as concernem. Nesse sentido, o programa Bolsa-Família, ao mobilizar toda uma rede de recursos que busca interconectar as ações do governo, dos estados e dos municípios, não se restringe ao benefício financeiro, mas procura investir em oportunidades de construção da cidadania dos beneficiados, encorajando a formação de contextos e *arenas comunicativas às margens do sistema político*. Tais arenas permitem que grupos em desvantagem desenvolvam e expressem, de modo intersubjetivo e público, as perspectivas e premissas que sustentam suas razões e demandas por direitos, cidadania e justiça social.

ÂNGELA CRISTINA SALGUEIRO MARQUES é doutora em Comunicação Social pela UFMG. Atualmente realiza um estágio pós-doutoral junto ao Groupe de Recherche sur les Enjeux de la Communication (GRESEC), na Université Stendhal/Grenoble. Pesquisadora associada ao Groupe de Recherche sur l'Amérique Latine (GRESAL), Université Pierre-Mendes France/Grenoble.

NOTAS

1 Segundo Wilson Gomes, existe uma escala de visibilidade na qual problemas coletivos repercutem na esfera pública. O espectro de visibilidade incorpora desde o espaço de visibilidade mediática nacional, enquanto o mais alto grau a ser alcançado, até um grau mínimo de visibilidade, como aquele conquistado por reuniões de pequenos grupos que desejam discutir seus problemas comuns (cf. Gomes, 2004).

2 O benefício garantido pelo programa varia entre R\$ 18,00 e R\$ 54,00 para famílias com renda per capita de até R\$ 120,00. O valor depende do número de crianças em idade escolar (0 a 15 anos), gestantes e mulheres em fase de amamentação presentes em cada família. Para famílias em situação de extrema pobreza (renda per capita de até R\$ 60,00), o benefício varia de R\$ 58,00 a R\$ 112,00. Neste caso, mesmo famílias sem filhos têm direito a R\$ 50,00. A transferência aumenta de R\$ 18,00 em R\$ 18,00, de acordo com os critérios mencionados.

3 Disponível no site oficial do Projeto, www.fomezero.gov.br.

4 Cf. Relatório do Programa Bolsa-Escola Municipal/ BH, julho de 1999 a dezembro de 2003. Secretaria Municipal de Educação, 2004.

5 Desvio de verbas; fraudes; manutenção da renda como único critério de seleção dos beneficiados e definição da pobreza; irregularidades no cadastramento das famílias e o baixo valor do benefício etc.

6 Em *Direito e democracia* (1997, vol. 2), Habermas descreve os processos de comunicação e de tomada de decisão no sistema político como situados sobre um eixo que liga um centro e uma periferia. No centro do sistema político se localizam a administração, a justiça e o Parlamento. Perto do centro, organiza-se um tipo de periferia interna composto por instituições auto-gestoras ou cujas competências permanecem submetidas ao Estado: universidades, fundações, corporações, grupos de interesse, associações etc. Por sua vez, o contexto periférico mais afastado do centro seria composto principalmente por associações da sociedade civil e pelos meios de comunicação de massa.

7 De acordo com Benjamin Page, os profissionais da comunicação não só permitem o intercâmbio comunicativo entre especialistas, mas “reúnem, explicam, debatem e disseminam as melhores informações e idéias disponíveis sobre as políticas públicas de modo que se tornem acessíveis a uma ampla audiência de cidadãos” (1996:5). Não obstante, Gamson (1992), Mutz e Martin (2001) afirmam que a informação política recebida através dos media é amplificada pela experiência pessoal, pela sabedoria popular e por conversas com amigos, vizinhos e colegas de trabalho.

8 Ao analisarmos os textos jornalísticos impressos e televisivos identificamos ainda mais dois grandes enquadramentos acerca do Bolsa-Família: o enquadramento do bem-estar coletivo (reúne argumentos que ressaltam que, apesar das falhas e fraudes ligadas ao programa, toda a sociedade lucra com o programa); e o enquadramento do interesse eleitoreiro (utilizado pelos media para relacionar o Bolsa-Família a um tipo de “moeda eleitoral” da campanha de Lula à reeleição em 2005).

9 Ao nos dedicarmos a avaliar como as negociações discursivas são textualmente encadeadas pelos meios de comunicação, interessa-nos, sobretudo, demonstrar que as disputas argumentativas delineadas no espaço mediático, se apreendidas sob uma perspectiva de longo prazo, podem evidenciar uma dinâmica própria, na qual o discurso é empregado como forma reflexiva de posicionamento diante dos outros e de busca pela validação das razões reciprocamente oferecidas.

10 CHAIM, Célia. “Fome de Viver”, Entrevista com Zilda Arns, Revista Isto é, 19 de fevereiro de 2003. VALE, Antônia Márcia. “Foi dada a largada”, Revista Isto é, Cidadania, 5 de fevereiro de 2003.

11 CARIELLO, Rafael. “Ninguém quer ficar dando cartãozinho”, diz Benedita, Folha de S. Paulo, 28 de março de 03.

12 “As condições para ensinar a pescar”, Folha de S. Paulo, Opinião, 27 de dezembro de 2004, p. A3.

13 “Vamos virar um país de mendigos oficiais?”, Folha de S. Paulo, Cotidiano, 26 de outubro de 2003.

14 SALGADO, Eduardo. “Como está, não pode ficar”, Entrevista, Veja, 5 de novembro de 2003, p. 11-15.

15 “Patrus vai divulgar à TV 5 milhões de incluídos”, Folha de S. Paulo, Brasil, 18 de setembro de 2004

16 DUAILIBI, Julia e SCOLESE, Eduardo. “Petista relativiza dados do IBGE sobre a fome”, Folha de S. Paulo, Brasil, 21 de dezembro de 2004 (sobre obesidade), p. A4.

17 Jornal Nacional, 20 de outubro de 2005.

18 CAMPOS, Marcela. “Distribuição de alimentos divide especialistas”, Folha de S. Paulo, Brasil, 3 de junho de 2006, p. A 14.

19 VIANNA, Luiz Fernando. “PSOL quer rever privatizações e aperfeiçoar o Bolsa-Família”, Folha de S. Paulo, Brasil, 23 de julho de 2006, p. A4.

20 Para a economista Lena Lavinias quem é assistido “não pode ter mobilidade social porque, se aumentar a sua renda, terá que abrir mão da bolsa”, por não mais atender ao perfil exigido pelo programa. (GOIS, Antonio. “Pobres se distanciam de ricos e dependem mais do governo”, Folha de S. Paulo, Brasil, 25/12/05, p. A 4).

21 GOIS, Antônio. “Pobres se distanciam de ricos e dependem mais do governo”, Folha de S. Paulo, Brasil, 25/12/05, p. A 4.

22 Utilizamos o termo no feminino, uma vez que, além de o cartão do Bolsa-Família ser feito em nome das mulheres (mães, avós etc.), são elas que administram a renda do programa e se encarregam de cumprir as exigências requeridas como contrapartida.

23 Jornal Nacional, 14 de agosto de 2006.

24 Jornal Nacional, 1 de novembro de 2005.

25 A realização de grupos de discussão nos permite observar o modo como os participantes fazem perguntas uns aos outros e explicam suas posições de forma recíproca (Morgan, 1996; Kitzinger, 1994; Marques e Rocha, 2006). Segundo Jenny Kitzinger, os grupos de discussão oferecem a oportunidade de criação de contextos interativos que podem ser entendidos como um fórum através do qual idéias podem ser esclarecidas estimulando as pessoas a “se engajarem umas com as outras, a formularem verbalmente suas idéias e exporem as estruturas cognitivas que estavam previamente desarticuladas” (1994:106).

26 A escolha dessas cidades deve-se, sobretudo, ao fato de ambas apresentarem um histórico bem-sucedido de implementação de programas de transferência de renda, o que facilita o acesso a dados e às próprias famílias beneficiadas.

27 Este grupo assistiu à matéria do Jornal Nacional de 20 de outubro de 2005 (Seminário Internacional do Bolsa Família, balanço de 2 anos do Programa Bolsa-Família) e ao Jornal Nacional de 1 de novembro de 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENNETT, Lance; PICKARD, Victor; IOZZI, David; SCHROEDER, Carl; LAGOS, Taso e CASWELL, Evans. “Managing the Public Sphere: Journalistic Construction of the Great Globalization Debate”. *Journal of Communication*, 2004, p. 437-455.
- BLUMLER, J. e GUREVITCH. “Rethinking the Study of Political Communication”, in _____. *Mass Media and Society*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p.120-154.
- BURKHALTER, Stephanie; GASTEL, John e KELSHAW, Todd. “A Conceptual Definition and Theoretical Model of Public Deliberation in Small Face-to-Face Groups” *Communication Theory*, vol. 12, n. 4, 2002, p.398-422.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A. e PANFICH, A. “Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina”, in ____ (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 13-91.
- DAHLBERG, Lincoln. “The Habermasian Public Sphere: Taking Difference Seriously”. *Theory and Society*, vol. 34, 2005, p. 111-136.
- DAHLGREN, Peter. *Television and the Public Sphere: Citizenship, Democracy and the Media*. Londres: Sage Publications, 1995, p. 71-119.
- ELIASOPH, Nina. “What if Good Citizens Etiquette Requires Silencing Political Conversation in Everyday Life? Notes from the Field”. Artigo apresentado na conferência The Transformation of Civic Life, Middle Tennessee State University, novembro de 1999.
- ENTMAN, Robert. “Framing: towards Clarification of a Fractured Paradigm”. *Journal of Communication*, vol. 43, n. 4, 1993, p. 51-58.
- GARNHAM, Nicholas. “The Media and the Public Sphere”, in C. Calhoun (ed.). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- GAMSON, William. *Talking Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- _____ e MODIGLIANI, Andre. “Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power; a Constructionist Approach”. *American Journal of Sociology*, vol. 95, n.1, 1989, p. 38-107.
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulos, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *The Theory of Communicative Action. Vol. II - Lifeworld and System: a Critique of Functionalism Reason*. Boston: Beacon Press, 1987.

_____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, vol. 2.

_____. “Political Communication in Media Society – Does Democracy still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research”. *Communication Theory*, vol.16, 2006, p. 411-426.

HONNETH, Axel. *The Struggle for Recognition: the Moral Grammar of Social Conflicts*. Cambridge: MIT Press, 1995.

IYENGAR, Shanto. *Is Anyone Responsible? How Television Frames Political Issues*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

KITZINGER, Jenny. “The Methodology of Focus Groups: the Importance of Interaction between Research Participants”. *Sociology of Health and Illness*, vol. 16, n. 1, 1994, p. 103-121.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. “Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública”, in André Lemos *et alii* (orgs.). *Livro da XII Compós: Mídia.br*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 9-38.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. “Dimensões da autonomia: o programa bolsa-família no discurso midiático e na fala das beneficiárias”. *Contracampo*, Niterói, vol. 14, 2006, p. 126-162.

_____. e ROCHA, Simone Maria. “A produção de sentido nos contextos de recepção: em foco o grupo focal”. *Fronteiras*, vol. VIII, n. 1, 2006, p. 38-53.

MENDONÇA, Ricardo F. e MAIA, Rousiley C. M. “Exclusão e deliberação: buscando ultrapassar as assimetrias do intercâmbio público de razões”. *Contracampo*, Rio de Janeiro, n. 15, 2006, p. 201-218.

MORGAN, David. “Focus Groups”. *Annual Review of Sociology*, vol. 22, 1996, p. 129-152.

MUTZ, Diana e MARTIN, Paul. “Facilitating Communication across Lines of Political Difference: the Role of Mass Media”. *American Political Science Review*, vol. 95, n. 1, 2001, p. 97-114.

PAGE, Benjamin. *Who Deliberates ? Mass Media in Modern Democracy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

PAUGAM, Serge. *La Disqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: PUF, 1993.

PORTO, Mauro. “Enquadramentos da mídia e política”, in Antonio Albino Canelas Rubin (org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba/Unesp, 2004, p. 74-104.

SIMON, Adam e XENOS, Michael. “Media Framing and Effective Public Deliberation”. *Political Communication*, vol. 17, n. 4, 2000, p. 363-376.

TELLES, Vera da Silva. “Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil Moderno”, in _____. *Direitos Sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 79-134.